Associação Baptista de Águeda Shalom

ABAShalom

Relatório e Contas

31 de dezembro 2021

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS		NOTAS	DATAS 31-12-2021	DATAS 31-12-2020
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis		5	580.619,34	596.175,91
Ativos intangíveis		6		122,65
Investimentos financeiros		18.6	3.281,59	2.856,02
	SOMA		583.900,93	599.154,58
Ativo Corrente				
Inventários		9	474,78	223,09
Créditos a receber		15.1	7.363,20	4.893,92
Estados e outros entes públicos		15.3	144,31	274,90
Diferimentos		15.5	3.275,70	3.755,15
Outros ativos correntes		15.4	17.338,82	12.577,93
Caixa e depósitos bancários		15.6	153.831,41	112.441,19
	SOMA		182.428,22	134.166,18
Total do ativo			766.329,15	733.320,76
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
Fundos		18.7	1.050,67	1.050,67
Resultados transitados		18.7	156.647,18	133.848,55
Outras variações nos fundos patrimoniais		18.7	339.215,46	349.153,63
	SOMA		496.913,31	484.052,85
Resultado líquido do período			45.652,86	22.798,63
Total do fundo de capital			542.566,17	506.851,48
Passivo				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos		15.7	176.500,00	182.100,00
	SOMA		176.500,00	182.100,00
Passivo corrente				
Fornecedores		15.2	1.601,34	2.047,25
Estado e outros entes públicos		15.3	4.692,77	6.772,13
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros				
Diferimentos		15.5	12.454,01	10.760,40
Outros passivos correntes		15.9	28.514,86	24.789,50
	SOMA		47.262,98	44.369,28
Total do passivo			223.762,98	226.469,28
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			766.329,15	733.320,76

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O Contabilista Certificado N.º 84833

Ricardo Santos

A Direção

Maria Paneta de Oliveira Fernandes

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS 2021	PERÍODOS 2020
Vendas e serviços prestados	10	31.167,42	37.420,80
Subsídios, doações e legados à exploração	10, 12	292.828,68	226.656,13
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	- 14.803,24	- 10.282,72
Fornecimentos e serviços externos	18.1	- 37.823,06	- 35.328,86
Gastos com o pessoal	16	- 212.239,00	- 191.595,03
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15.8	- 1.234,80	- 2.591,00
Outros rendimentos	18.4	34.825,76	25.924,83
Outros gastos	18.3	- 23.175,89	- 380,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		69.545,87	49.824,15
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	- 23.893,01	- 27.025,52
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		45.652,86	22.798,63
Resultado antes de impostos		45.652,86	22.798,63
Resultado líquido do período		45.652,86	22.798,63

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O Contabilista Certificado N.º 84833

Ricardo Santos

A Direção

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DEZEMBRO EM 2021

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes e utentes	27 219,03 €	34 438,68 €
Pagamento de subsídios		
Pagamento de apoios		
Pagamento de bolsas		
Pagamentos a fornecedores	- 53 318,58 €	- 45 179,45 €
Pagamentos ao pessoal	- 207 110,23 €	- 185 332,81 €
Caixa gerada pelas operações	**- 233 209,78 €**	**- 196 073,58 €**
Pagamentos/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos	282 302,59 €	237 250,16 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	**49 092,81 €**	**41 176,58 €**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	- 8 213,79 €	- 9 749,64 €
Ativos intangíveis		- 245,30 €
Investimentos financeiros	- 425,57 €	- 388,58 €
Outros ativos		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	400,00 €	
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros	270,08 €	
Outros ativos	21,10 €	1 400,00 €
Subsídios ao investimento	5 852,95 €	5 538,25 €
Juros e rendimentos similares		
Dividendos		
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	**- 2 095,23 €**	**- 3 445,27 €**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realização de fundos		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	- 5 600,00 €	- 1 400,00 €
Juros e gastos similares	- 7,36 €	
Dividendos		
Redução de fundos		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	**- 5 607,36 €**	**- 1 400,00 €**
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2+ 3)	41 390,22 €	36 331,31 €
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	112 441,19 €	76 109,88 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**153 831,41 €**	**112 441,19 €**

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O Contabilista Certificado N.º 84833

Ricardo Santos

A Direção

Manuel Gonçalo Oliveira Fernandes

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS		Previsto Orçamento 2021	Realizado	Taxa de execução	Desvios	
					Em valor	Em %
		(1)	(2)	(3) = (2) / (1)	(4) = (2) - (1)	(5) = (4) / (1)
Vendas e serviços prestados	+	36.019,56	31.167,42	86,53%	-4.852,14	-13,47%
Subsídios, doações e legados à exploração	+	215.589,33	292.828,68	135,83%	77.239,35	35,83%
Variação nos inventários da produção	+/-					
Trabalhos para a própria entidade	+					
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	12.396,29	14.803,24	119,42%	2.406,95	19,42%
Fornecimentos e serviços externos	-	36.652,45	37.823,06	103,19%	1.170,61	3,19%
Gastos com o pessoal	-	195.516,45	212.239,00	108,55%	16.722,55	8,55%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	- / +					
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	- / +	1.562,80	1.234,80	79,01%	-328,00	-20,99%
Provisões (aumentos/reduções)	- / +					
Provisões específicas (aumentos/reduções)	- / +					
Outras imparidades (perdas/reversões)	- / +					
Aumentos/reduções de justo valor	+ / -					
Outros rendimentos	+	18.318,45	34.825,76	190,11%	16.507,31	90,11%
Outros gastos	-	230,00	23.175,89	100,00%	22.945,89	9976,47%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	**23.569,35**	**69.545,87**	**295,07%**	**45.976,52**	**195,07%**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	23.247,54	23.893,01	102,78%	645,47	2,78%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	**321,81**	**45.652,86**	**14186,28%**	**45.331,05**	**14086,28%**
Juros e rendimentos similares obtidos	+					
Juros e gastos similares suportados	-					
Resultado antes de impostos	=	**321,81**	**45.652,86**	**14186,28%**	**45.331,05**	**14086,28%**
Imposto sobre rendimento do período	-/+					
Resultado líquido do período	=	**321,81**	**45.652,86**	**14186,28%**	**45.331,05**	**14086,28%**

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O Contabilista Certificado N.º 84833

A Direção

ANEXO

1. Introdução

A Associação Baptista de Águeda Shalom é uma instituição sem fins lucrativos sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) com estatutos publicados no Diário da República, com sede na Rua do Cabeço, Vale dos Sobreirinhos, 3750-323 Águeda. Tem como atividades:

- Creche;
- Centro de Apoio Comunitário "Casa Moleirinho".

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2021, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI); e
- Portaria n.º 8257/2015 de 29 de Julho.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura,

foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2020.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgava, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

a) A natureza da reclassificação;
b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
c) Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade. Os ativos sem vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais. As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do

exercício em que são suportadas. As amortizações de um ativo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o modelo de consumo dos benefícios económicos. Quando o referido modelo não puder ser determinado, após o início de utilização dos bens, utiliza-se o método da linha recta (ou outro) em conformidade com o período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Programas de computador: 3 Anos
- Outros ativos intangíveis: 5 anos

3.2.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2012 (*data de transição para NCRF-ESNL),* encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Edifícios e outras construções: 50 Anos
- Edificações ligeiras: 6 anos
- Equipamento básico: 6 Anos
- Equipamento de transporte: 4 Anos
- Equipamento administrativo: 6 Anos
- Outros ativos fixos tangíveis: 6 Anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes

estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas Outros rendimentos ou Outros gastos.

3.2.3 Bens do património histórico e cultural

Os "*Bens do património histórico e cultural*" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "*Variações nos fundos patrimoniais*"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens do património histórico e cultural, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de permitir atividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.4 Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo específico dos referidos inventários. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
    - Alterações no risco segurado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
    - Entrada em incumprimento de uma das partes;
    - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
        - Alterações no preço do bem locado;
        - Alterações na taxa de câmbio
        - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

<u>Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros</u>

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "*Clientes*" e as "*Outras contas a receber*" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "*Perdas por Imparidade*" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.
Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são apresentadas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" incluí caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outras contas a pagar*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de acontecimentos passados e os quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras. No entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "*Empréstimo Obtidos*" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "*Encargos Financeiros*" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "*Juros e gastos similares suportados*".

3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, incluí as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) *"As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao diretor -geral*

dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2017 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos fixos tangíveis

a) Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;
Ver nota 3.

b) Os métodos de depreciação usados;
Ver nota 3.

c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;
Ver nota 3.

d) A quantia escriturada bruta e a depreciada acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;

Descrição	Saldo incial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo de aquisição						
- Bens do domínio público	- €	- €	- €	- €	- €	- €
- Bens de património HAC	- €	- €	- €	- €	- €	- €
- Outros ativos fixos tangíveis	981.793,00 €	8.213,79 €	- €	- €	- €	990.006,79 €
Terreno e recursos naturais	56.100,00 €	- €	- €	- €	- €	56.100,00 €
Edifícios e outras construções	691.791,50 €	- €	- €	- €	- €	691.791,50 €
Equipamento básico	51.509,06 €	5.738,50 €	- €	- €	- €	57.247,56 €
Equipamento de transporte	63.208,86 €	- €	- €	- €	- €	63.208,86 €
Equipamento administrativo	80.942,41 €	- €	- €	- €	- €	80.942,41 €
Outros ativos fixos tangíveis	38.241,17 €	2.475,29 €	- €	- €	- €	40.716,46 €
Total	**981.793,00 €**	**8.213,79 €**	**- €**	**- €**	**- €**	**990.006,79 €**
Depreciações						
- Bens do domínio público	- €	- €	- €	- €	- €	- €
- Bens de património HAC	- €	- €	- €	- €	- €	- €
- Outros ativos fixos tangíveis	385.617,09 €	23.770,36 €	- €	- €	- €	409.387,45 €
Terreno e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	172.346,72 €	14.431,22 €	- €	- €	- €	186.777,94 €
Equipamento básico	48.684,53 €	2.480,31 €	- €	- €	- €	51.164,84 €
Equipamento de transporte	55.968,23 €	2.990,36 €	- €	- €	- €	58.958,59 €
Equipamento administrativo	80.762,84 €	71,68 €	- €	- €	- €	80.834,52 €
Outros ativos fixos tangíveis	27.854,77 €	3.796,79 €	- €	- €	- €	31.651,56 €
Total	**385.617,09 €**	**23.770,36 €**	**- €**	**- €**	**- €**	**409.387,45 €**
Valor líquido contabilístico	**596.175,91 €**	**- 15.556,57 €**	**- €**	**- €**	**- €**	**580.619,34 €**

6. Ativos intangíveis

a) Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Ver nota 3.

b) Os métodos de depreciação usados;

Ver nota 3.

c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

Ver nota 3.

d)A quantia escriturada bruta e a depreciada acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;

Descrição		Saldo incial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo de aquisição							
- Bens do domínio público		- €	- €	- €	- €	- €	- €
- Goodwill		- €	- €	- €	- €	- €	- €
- Ativos Intangíveis		10.178,72 €	- €	- €	- €	- €	10.178,72 €
Projetos de desenvolvimento		- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de computador		1.253,72 €	- €	- €	- €	- €	1.253,72 €
Propriedade industrial		- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos intangíveis		8.925,00 €	- €	- €	- €	- €	8.925,00 €
	Total	**10.178,72 €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**10.178,72 €**
Amortizações							
- Bens do domínio público		- €	- €	- €	- €	- €	- €
- Goodwill		- €	- €	- €	- €	- €	- €
- Ativos Intangíveis		10.056,07 €	122,65 €	- €	- €	- €	10.178,72 €
Projetos de desenvolvimento		- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de computador		1.131,07 €	122,65 €	- €	- €	- €	1.253,72 €
Propriedade industrial		- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos intangíveis		8.925,00 €	- €	- €	- €	- €	8.925,00 €
	Total	**10.056,07 €**	**122,65 €**	**- €**	**- €**	**- €**	**10.178,72 €**
Valor líquido contabilístico		**122,65 €**	**- 122,65 €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**

7. Locações

Não aplicável.

8. Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

9. Inventários

a) Politicas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários incluindo a fórmula de custeio usada;

Ver nota 3

b) Quantia total escriturada de inventários, a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade e a quantia dos inventários escriturada pelo custo corrente;

APURAMENTO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS - ANO 2021				
	Descrição	**Mercadorias**	**Matérias primas, subsidiárias e de consumo**	**Total**
1	Inventários iniciais	0,00 €	223,09 €	223,09 €
2	Compras	0,00 €	14.482,19 €	14.482,19 €
3	Reclassificação e regularização de inventários	0,00 €	572,74 €	572,74 €
4	Inventários finais	0,00 €	474,78 €	474,78 €
5	**Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (5=1+2+3-4)**	**0,00 €**	**14.803,24 €**	**14.803,24 €**

APURAMENTO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS - ANO 2020				
	Descrição	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
1	Inventários iniciais	0,00 €	253,55 €	253,55 €
2	Compras	0,00 €	9.643,40 €	9.643,40 €
3	Reclassificação e regularização de inventários	0,00 €	608,86 €	608,86 €
4	Inventários finais	0,00 €	223,09 €	223,09 €
5	**Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (5=1+2+3-4)**	**0,00 €**	**10.282,72 €**	**10.282,72 €**

10. Rédito

O rédito reconhecido no exercício findo a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, apresenta a seguinte decomposição:

Réditos reconhecidos no período:	31/12/2021	31/12/2020	Variação	Variação %
Prestações de Serviços	**31.167,42 €**	**37.420,80 €**	**-6.253,38 €**	**-20,06%**
- Mensalidade dos Utentes - Creche	30.869,42 €	36.668,70 €	-5.799,28 €	-18,79%
- Quotas dos sócios	298,00 €	729,50 €	-431,50 €	-144,80%
- Serviços Secundários	0,00 €	22,60 €	-22,60 €	N/A
Subsídios à exploração	**292.828,68 €**	**226.656,13 €**	**66.172,55 €**	**22,60%**
- IEFP - Apoio à contratação pessoal	16.769,83 €	8.389,09 €	8.380,74 €	49,98%
- IEFP - Novo Incentivo à norm. Empresarial	9.605,56 €	5.080,00 €	4.525,56 €	47,11%
- SS - IGFSS	227.663,78 €	201.698,72 €	25.965,06 €	11,41%
- SS - Lay Off	13.102,00 €	5.594,46 €	7.507,54 €	57,30%
- SS - Medidas excecionais Covid	1.156,25 €	2.761,09 €	-1.604,84 €	-138,80%
- Câmara Municipal de Águeda	24.404,51 €	3.132,77 €	21.271,74 €	87,16%
- IAPMEI	126,75 €	0,00 €	126,75 €	100,00%
Reversões	**37,00 €**	**5,00 €**	**32,00 €**	**86,49%**
- De dívidas a receber - Utentes	37,00 €	5,00 €	32,00 €	86,49%
Outros rendimentos	**34.825,76 €**	**25.924,83 €**	**8.900,93 €**	**25,56%**
- Rendimentos Suplementares	0,00 €	204,50 €	-204,50 €	N/A
- Descontos de pronto pagamento obtidos	0,08 €	0,00 €	0,08 €	100,00%
- Alienações	400,00 €	1.400,00 €	-1.000,00 €	-250,00%
- Correções de períodos anteriores	920,72 €	89,21 €	831,51 €	90,31%
- Imputação de subsídios ao investimento	10.488,17 €	12.576,24 €	-2.088,07 €	-19,91%
- Donativos recebidos	16.845,62 €	9.709,88 €	7.135,74 €	42,36%
- Consignação IRS	5.302,95 €	1.701,03 €	3.601,92 €	67,92%
- Outros	868,22 €	243,97 €	624,25 €	71,90%

11 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

12 - Subsídios do Governo e apoios do Governo

Ver nota 10.

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

14. Imposto sobre o rendimento

Não aplicável

15. Instrumentos financeiros

15.1 Créditos a receber

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, os movimentos ocorridos na rubrica cliente, foram os seguintes:

Descrição	Valor Nominal	Imparidade/Reversão			Quantia Líquida Escriturada
		Saldo Inicial	Período	Saldo Final	
2021					
Utentes c/c	7.351,90 €				7.351,90 €
Utentes Cobrança Duvidosa	30.457,03 €	29.222,23 €	1.234,80 €	30.457,03 €	- €
TOTAL	**37.808,93 €**	**29.222,23 €**	**1.234,80 €**	**30.457,03 €**	**7.351,90 €**
2020					
Utentes c/c	4.893,92 €				4.893,92 €
Utentes Cobrança Duvidosa	29.222,23 €	26.631,23 €	2.591,00 €	29.222,23 €	- €
TOTAL	**34.116,15 €**	**26.631,23 €**	**2.591,00 €**	**29.222,23 €**	**4.893,92 €**

As imparidades dizem respeito a dividas a receber de utentes uma vez que à data de 31/12/2021 não era certo o seu recebimento.

As reversões dizem respeito ao recebimento de valores referentes a imparidades já reconhecidas.

15.2 Fornecedores

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, os movimentos ocorridos na rubrica de fornecedores, foram os seguintes:

Descrição	Valor Nominal	Imparidade/Reversão			Quantia Líquida Escriturada
		Saldo Inicial	Período	Saldo Final	
2021					
Fornecedores c/c	1.601,34 €				1.601,34 €
TOTAL	**1.601,34 €**	**- €**	**- €**	**- €**	**1.601,34 €**
2020					
Fornecedores c/c	2.047,25 €				2.047,25 €
TOTAL	**2.047,25 €**	**- €**	**- €**	**- €**	**2.047,25 €**

15.3 Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Ativos:						
Imposto sobre o rendimento	- €		- €	- €		- €
Retenção de impostos sobre rendimentos	- €		- €	- €		- €
Imposto sobre o valor acrescentado	144,31 €		144,31 €	274,90 €		274,90 €
Outros impostos	- €		- €	- €		- €
Contribuições para a segurança social	- €		- €	- €		- €
Tributos das autarquias locais	- €		- €	- €		- €
Outras tributações	- €		- €	- €		- €
Total Ativo	**144,31 €**	**- €**	**144,31 €**	**274,90 €**	**- €**	**274,90 €**
Passivos:						
Imposto sobre o rendimento	- €		- €	585,13 €		585,13 €
Retenção de impostos sobre rendimentos	584,11 €		584,11 €	- €		- €
Imposto sobre o valor acrescentado	- €		- €	- €		- €
Outros impostos	- €		- €	- €		- €
Contribuições para a segurança social	4.014,95 €		4.014,95 €	6.187,00 €		6.187,00 €
Tributos das autarquias locais	- €		- €	- €		- €
Outras tributações	93,71 €		93,71 €	- €		- €
Total Passivo	**4.692,77 €**	**- €**	**4.692,77 €**	**6.772,13 €**	**- €**	**6.772,13 €**

15.4 Outros ativos correntes

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de outros ativos correntes apresentavam a seguinte decomposição:

Outros Ativos Correntes		
Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Adiantamentos fornecedores	0,00 €	5,24 €
Seg. Social	1.100,96 €	0,00 €
IEFP	13.240,62 €	12.572,69 €
Adaptar Social	2.997,24 €	0,00 €
Total	**17.338,82 €**	**12.577,93 €**

15.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Ativos						
Gastos a reconhecer	3.275,70 €	- €	3.275,70 €	3.755,15 €	- €	3.755,15 €
- Rendas	128,63 €	- €	128,63 €	- €	- €	- €
- Seguros	842,65 €	- €	842,65 €	1.236,75 €	- €	1.236,75 €
- Combustíveis	256,43 €	- €	256,43 €	378,90 €	- €	378,90 €
- Material de Escritório	- €	- €	- €	241,01 €	- €	241,01 €
- Limpeza, Higiene e Conforto	1.924,99 €	- €	1.924,99 €	1.775,49 €	- €	1.775,49 €
- Trabalhos Especializados	123,00 €	- €	123,00 €	123,00 €	- €	123,00 €
Total	**3.275,70 €**	**- €**	**3.275,70 €**	**3.755,15 €**	**- €**	**3.755,15 €**
Passivos						
Rendimentos a reconhecer	12.454,01 €	- €	12.454,01 €	10.760,40 €	- €	10.760,40 €
- IEFP	12.454,01 €	- €		9.948,91 €	- €	9.948,91 €
- Adaptar Social +	- €	- €		811,49 €	- €	811,49 €
Total	**12.454,01 €**	**- €**	**12.454,01 €**	**10.760,40 €**	**- €**	**10.760,40 €**

15.6 Caixa e Depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Caixa e Depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Quantia Escriturada		
Rubrica	2021	2020
Caixa	229,54 €	255,36 €
Depósitos à ordem	153.601,87 €	112.185,83 €
Outros depósitos bancários	0,00 €	0,00 €
Total	**153.831,41 €**	**112.441,19 €**

15.7 Financiamentos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Financiamentos Obtidos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2021			31-12-2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Instituições bancárias	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros financiadores	- €	176.500,00 €	176.500,00 €	- €	182.100,00 €	182.100,00 €
Total	**- €**	**176.500,00 €**	**176.500,00 €**	**- €**	**182.100,00 €**	**182.100,00 €**

15.8 Quantia de perda por imparidade e reversão reconhecida para cada uma das classes de ativos financeiros

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Imparidades	**1.271,80 €**	**2.596,00 €**
Clientes/Utentes	1.271,80 €	2.596,00 €
Reversões	**37,00 €**	**5,00 €**
Clientes/Utentes	37,00 €	5,00 €
Total	**1.234,80 €**	**2.591,00 €**

15.9 Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de outros ativos correntes apresentavam a seguinte decomposição:

Outros Passivos Correntes		
Descrição	**31-12-2021**	**31-12-2020**
Credores por acréscimos de gastos	27.645,30 €	23.611,00 €
Adiantamentos de Clientes	11,30 €	198,50 €
Outros Credores	503,15 €	980,00 €
Pessoal	355,11 €	0,00 €
Total	**28.514,86 €**	**24.789,50 €**

16. Benefício dos empregados

O número de colaboradores foi de 17, no exercício de 2021, não se tendo verificado qualquer alteração face a 2020.

Os órgãos sociais da Instituição não usufruem qualquer remuneração.

GASTOS COM O PESSOAL			
Descrição	**2021**	**2020**	**Variação**
Gastos com o pessoal			0,00 €
Remunerações dos orgãos sociais	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Remunerações do pessoal	174.055,95 €	156.780,29 €	17.275,66 €
Benefícios pós-emprego	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Indemnizações	798,00 €	0,00 €	798,00 €
Encargos sobre remunerações	35.033,65 €	32.326,06 €	2.707,59 €
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1.509,90 €	2.018,28 €	-508,38 €
Gastos de acção social	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros gastos com pessoal	841,50 €	470,40 €	371,10 €
Dos quais:	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Gastos com formação	147,00 €	0,00 €	147,00 €
Gastos com fardamento	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	**212.239,00 €**	**191.595,03 €**	**20.643,97 €**

O quadro em baixo demonstra a gastos com o pessoal descontados dos subsídios recebidos para apoio à contratação de funcionários:

GASTOS COM O PESSOAL			
Descrição	2021	2020	Variação
Gastos com o pessoal	212.239,00 €	191.595,03 €	20.643,97 €
Subsídios à exploração	16.769,83 €	8.389,09 €	8.380,74 €
Diferença	**195.469,17 €**	**183.205,94 €**	**12.263,23 €**

17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

18. Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

18.1 A repartição dos "*Fornecimentos e serviços externos*" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 foi a seguinte:

Descrição	2021	2020	Variação
Serviços especializados	**11.778,46 €**	**11.411,29 €**	**367,17 €**
Trabalhos especializados	6.753,59 €	6.148,86 €	604,73 €
Publicidade e propaganda	0,00 €	56,58 €	-56,58 €
Vigilância e segurança	513,60 €	711,85 €	-198,25 €
Honorários	553,00 €	358,86 €	194,14 €
Conservação e reparação	3.770,53 €	4.042,34 €	-271,81 €
Outros	187,74 €	92,80 €	94,94 €
Materiais	**4.028,77 €**	**3.634,53 €**	**394,24 €**
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	832,85 €	2.565,27 €	-1.732,42 €
Material de escritório	2.075,41 €	876,62 €	1.198,79 €
Outros	1.120,51 €	192,64 €	927,87 €
Energia e fluidos	**15.431,00 €**	**12.403,84 €**	**3.027,16 €**
Eletricidade	5.800,21 €	5.897,96 €	-97,75 €
Combustíveis	7.197,37 €	5.222,45 €	1.974,92 €
Água	2.433,42 €	1.283,43 €	1.149,99 €
Deslocações, estadas e transportes	**0,00 €**	**125,00 €**	**-125,00 €**
Deslocações e estadas	0,00 €	125,00 €	-125,00 €
Serviços diversos	**6.584,83 €**	**7.754,20 €**	**-1.169,37 €**
Comunicação	1.745,86 €	1.878,29 €	-132,43 €
Seguros	1.479,10 €	1.300,86 €	178,24 €
Contencioso e notariado	140,00 €	0,00 €	140,00 €
Limpeza, higiene e conforto	3.199,87 €	4.084,17 €	-884,30 €
Outros serviços	20,00 €	490,88 €	-470,88 €
Total	**37.823,06 €**	**35.328,86 €**	**2.494,20 €**

18.2 Juros e gastos similares suportados

Não aplicável.

18.3 Outros Gastos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de "Outros Gastos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020	Variação
Impostos	0,00 €	120,00 €	-120,00 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	36,91 €	0,00 €	36,91 €
Outros			
Correções relativas períodos anteriores	698,88 €	0,00 €	698,88 €
Donativos	0,00 €	30,00 €	-30,00 €
Quotizações	265,00 €	230,00 €	35,00 €
Diferenças de câmbio desfavoráveis	8,18 €	0,00 €	8,18 €
Outros não especificados	22.159,56 €	0,00 €	22.159,56 €
Outros gastos de financiamento	7,36 €	0,00 €	7,36 €
Total	**23.175,89 €**	**380,00 €**	**22.795,89 €**

18.4 Outros Rendimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de "Outros Rendimentos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020	Variação
Rendimentos suplementares	0,00 €	204,50 €	-204,50 €
Descontos pronto pagamento obtidos	0,08 €	0,00 €	0,08 €
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	270,08 €	0,00 €	270,08 €
Rendimentos em investimentos não financeiros			
Alienações	400,00 €	1.400,00 €	-1.000,00 €
Outros rendimentos	21,10 €	0,00 €	21,10 €
Outros			
Correções relativas exerc. anteriores	920,72 €	89,21 €	831,51 €
Imputação subsídios p/ investimento	10.488,17 €	12.576,24 €	-2.088,07 €
Donativos Recebidos	16.845,62 €	9.709,88 €	7.135,74 €
Consignação IRS	5.302,95 €	1.701,03 €	3.601,92 €
Outros não especificados	577,04 €	243,97 €	333,07 €
Total	**34.825,76 €**	**25.924,83 €**	**8.900,93 €**

18.5 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

18.6 Investimentos Financeiros

A Entidade regista na rubrica de Investimentos Financeiros o valor de 3.281,59 € em 2021, que diz respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho em 2.810,15 € e ao Fundo de Reestruturação do Sector Solidário em 471,44€.

Em 2020 o valor desta rubrica de Investimentos Financeiros era de 2.856,02€ sendo que o valor de 2.384,58 € diz respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho e 471,44 € diz respeito ao Fundo de Reestruturação do Sector Solidário, situações estas que são de obrigação/imposição legal.

18.7 Fundos Patrimoniais

Nos "*Fundos Patrimoniais*" ocorreram as seguintes variações:

Fundos Patrimoniais				
Descrição	**Saldo inicial**	**Débitos**	**Créditos**	**Saldo final**
Fundos	1.050,67 €	0,00 €	0,00 €	1.050,67 €
Excedentes técnicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Reservas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Resultados transitados	133.848,55 €	0,00 €	22.798,63 €	156.647,18 €
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	349.153,63 €	10.488,17 €	550,00 €	339.215,46 €
Resultado líquido do período	22.798,63 €	22.798,63 €	45.652,86 €	45.652,86 €
Total do fundo de patrimoniais	**506.851,48 €**	**33.286,80 €**	**69.001,49 €**	**542.566,17 €**

18.7 Outras informações

O número médio de utentes na valência creche nos anos de 2021 e 2020 foram de 58.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2021 foram aprovadas em Assembleia Geral pelos sócios em 26 de Março de 2022.

Águeda, 1 de Março de 2022

O Contabilista Certificado N.º 84833

Em representação da Sociedade de Contabilidade

Santos & Cruz, Lda

Ricardo Filipe Roldão dos Santos

A Direção